INTERSINDICAL DOS ELETRICITÁRIOS DE SC

LINHAVIVA

Nº 1382 - 9 de novembro de 2017

·IMPRESSO·

9º CONTO E POESIA - Também no dia 10 estará sendo lançado o livro do 9º Conto e Poesia. Vai ser no Badesc, a partir das 19 horas. Leia mais na pg 4

Sexta-feira, dia 10 de novembro

É dia de parar o Brasil!

Neste dia 10 de novembro é hora de mostrar nossa indignação. O governo Temer segue com seus mandos e desmandos, comprando votos dos deputados, por meio de emendas parlamentares para salvar sua pele; passando uma reforma trabalhista que nos devolve aos tempos da exploração; propondo uma reforma da previdência que vai impossibilitar o trabalhador de se aposentar em tempo hábil e reduzir os benefícios já pagos; patrocinando a privatização do sistema energético que pretende vender a Eletrosul entre outras, o que significará o aumento da tarifa de energia; e passando o controle de nossos rios e barragens para mãos da iniciativa privada.

Por isso, motivos para nos manifestarmos são muitos. Uma das moedas de troca do governo foi o desmonte da legislação trabalhista. A partir de 11 de novembro começa a valer a nova lei. Nela, aspectos como carga horária, pagamento de férias e licenças poderão ser negociados diretamente com as empresas, em parâmetros inferiores aos previstos na CLT. Em março, Temer já liberou as terceirizações de todo tipo pela lei 13.429. Precisamos lutar pela revogação dessas leis, pela garantia e ampliação de nossos direitos trabalhistas. Também continua tramitando no Congresso a pretensa reforma da Previdência, que nada mais é do que o fim de todas as conquistas dos trabalhadores no que se refere à valorização da sua vida de trabalho. De reforma não tem nada, já que pretende mudar as formas de acessar a aposentadoria, impedindo que boa parte dos brasileiros e brasileiras conquistem esse direito. Embutida nesta reforma está ainda o congelamento e desvalorização das aposentadorias. Por outro lado, até com a volta da escravidão somos ameaçados, diante de portaria do Governo Federal que retira da legislação a categorização de jornadas exaustivas e condições degradantes como trabalho escravo. Limita também a fiscalização dos órgãos públicos. Outro eixo das políticas regressivas são as privatizações. Está em curso o maior pacote de privatizações dos últimos tempos. Começando pela entrega de novas reservas do pré-sal nos recentes leilões. Fala-se em um trilhão de prejuízo aos cofres públicos por essa medida. Além disso, a revogação da Lei da Partilha, como uma das primeiras ações do governo Temer, retira a destinação obrigatória de verbas decorrentes do pré-sal para a saúde e educação. Todos saímos perdendo! No caso do setor elétrico, a Eletrobras e a Eletrosul estão sob ataque direto, podendo ser entregues ao capital internacional a preço de banana. Somente a pressão das ruas, com a proximidade das eleições, poderá impedir que os Deputados e Senadores mais uma vez apoiem os projetos deste governo. Precisamos estar atentos, mobilizados e demonstrando força e união para derrotá-lo. Vamos às ruas no dia 10. Vamos levar nossa mensagem, divulgar à comunidade o ataque desse governo aos nossos direitos, à Petrobras, aos bancos públicos e, principalmente, defender a Eletrobras, Eletrosul e Celesc públicas.

 # Energia Não É Mercadoria

Compareça, participe desta luta!
Não permita que o governo tire seus direitos!
No Brasil inteiro acontecerão atos unificados das centrais sindicias.Em Florianópolis, todos no Ticen às 16 horas!

Fusão CGTEE Eletrosul:

Muitas dúvidas e insegurança

Em seminário ocorrido durante o dia 30 de outubro entre Eletrosul e CGTEE, na Sede da empresa, em Florianópolis, as Diretorias e órgãos de gestão corporativa das duas empresas que estão em processo de fusão /incorporação trocaram informações e experiências. Esse processo é resultado da decisão do acionista majoritário (Eletrobras) de que as duas empresas tenham um único CNPJ. A possibilidade de incorporação da Eletrosul pela CGTEE é vista com bastante preocupação pelos trabalhadores da Eletrosul, especialmente pela forma como vem sendo conduzida, sem um mínimo de transparência quanto às motivações e consequências tanto para empresa quanto para os trabalhadores.

O Sinergia, como acionista minoritário, já fez pedido de informações sobre o processo à Diretoria e aguarda a disponibilização do relatório elaborado pela Deloitte que embasou a decisão da holding Eletrobras. Cabe lembrar que a Deloitte também já foi contratada pela CGTEE para prestar consultoria em relação à fusão.

É importante salientar que a Deloitte é uma empresa de consultoria que tem um histórico de processo por manipulação de dados, tendo sido multada em 8 milhões de dólares nos Estados Unidos "por emitir parecer com informações falsas e tentar encobrir as violações por meio de alterações de documentos", segundo o jornal Valor Econômico.

Ficam algumas perguntas: a contratação foi feita sem análise destes fatos? De que forma foi feita a contratação por parte da Eletrobras? A quem verdadeiramente interessa esse processo de fusão/incorporação, especialmente nesse momento de indefinição quanto ao modelo do setor elétrico e à própria situação da Eletrobras?

Dia 12 tem "Portas Abertas" na Celesc

No domingo, dia 12 de novembro, a Celesc estará de portas abertas para comunidade. O evento acontece na sede da Celesc em Florianópolis com oferta de serviços gratuito de cidadania, atividades de saúde e bem-estar, apresentações culturais, tenda de debates, exposições de trabalhos de celesquianos, música, teatro e dança, além de feiras, bazar beneficente, recreação infantil, brinquedos infláveis e parque de food trucks. O evento fica aberto das 10 horas às 20 horas. A Tenda de Diálogos, que estará funcionando das 10h30min às 17 horas, será coordenada pela Intercel/ Sinergia e discutirá temas atuais na ordem do dia na sociedade, como violência, direitos humanos e gênero.

Celesquianos deram m

Empré a Cele

Finalmente foi aprov o empréstimo de 350 m de 1 bilhão e 200 milh Interamericano de Dese Celesc. O projeto aprov à Lei 17.274, de 2017, estadual a responsabili lidário por todas as obr Celesc Distribuição S.A. exceto pelas obrigaçõe pagamento do princip encargos. Ele corrige u te a tramitação do proj 17.274, aprovada recen

A aprovação acontec são dos celesquianos q assembleia Legislativa d mais de 250 trabalhad lugares do Estado, disp sem a aprovação da er garantia do empréstim

TRIBUNA LIVRE

Os Mitos da Privatização (parte2)

Samya Campana
Economista Dieese

Algumas experiências brasileiras de privatização do passado podem clarear os efeitos draconianos sobre o nosso bolso e o das gerações futuras, bem como sobre a qualidade dos serviços.

A primeira delas é a privatização das telecomunicações. Após o setor ser privatizado em 1998, o setor brasileiro, segundo a União Internacional de Telecomunicações, da ONU, em 2014: a) é o mais caro do mundo em telefonia celular e o 62º em infraestrutura, acesso e uso dos serviços(abaixo de Azerbaijão, Cazaquistão e Macedônia) e 2) acumula recordes de reclamações no País. E a regulação sobre o sistema de competição e livre mercado? É uma piada de mau gosto, pois temos que pagar pela existência de uma Agência Reguladora que não tem como exigir uma abrangência ampla dos serviços, porque não há obrigatoriedade e que, apesar das nossas reclamações, é condescendente com as empresas: dos R$

4,3 bilhões em multas aplicadas pela Agência Nacional de Telecomunicações desde 2000, apenas R$ 550 milhões foram pagos. Por outro lado, os monopólios das teles, segundo a FITRATELP, ganharam R$1,2 trilhão em 6 anos. Quem nunca teve problema ou jamais conheceu alguém que tivesse problema com essas empresas? Quem nunca parou para olhar a quantidade de impostos que pagamos nas faturas?

A segunda é o próprio setor elétrico, parcialmente privatizado no Governo FHC, o que culminou no apagão de 2001 e no atual modelo de regulação. Qual é o problema? Por exemplo, de 1995 até 2016, a variação acumulada da inflação medida pelo IPCA registrou 342%, porém apenas o IPCA da energia elétrica registrou um crescimento muito superior, de 751%. É mais de 400% de diferença, ou seja, a cada 1 real que pagávamos por mês em 1995, pagamos hoje cerca de R$ 8,51 (correspondente à variação de 751%), porém, poderíamos estar pagando R$ 4,42 (correspondente à variação de 342%). Portanto, se pagávamos cerca de R$ 11,76 em 1995, hoje pagamos cerca de R$ 100,08, quando poderíamos estar pagando R$ 51,98. Como isso é possível num país rico em hidrografia? Com a liberalização econômica, a partir de 1995, a tarifação adotou a metodologia do "Preço Teto Incentivado" (price cap), que fixa tarifas consideradas "adequadas" para remunerar e amortizar os investimentos, e cobrir os custos operacionais, além de receberem o benefício de reajustes e revisões. Segundo Heitor Scalambrini, isso funciona como um mecanismo de proteção ao capital privado que é investido no setor elétrico, pois está garantido que os investimentos feitos serão sempre remunerados, leia-se, darão lucro. Assim criou-se, no setor elétrico brasileiro, o "capitalismo sem risco". Na prática, o que acontece - e está previsto em lei - é que as distribuidoras são ressarcidas por qualquer investimento e repassam qualquer interferência negativa que afete os preços da energia por elas adquirida, seja vinda de custos de transmissão ou de geração seja do aumento de impostos. O custo de tudo é sempre pago pelos consumidores (via tarifas), que subsidiam a saúde financeira dessas empresas, garantindo ganhos extraordinários a todas, mesmo quando a qualidade de seus serviços é sofrível, o trabalho seja sob condições de exploração

nostra de unidade e perserverança no episódio do BID

éstimo do BID para sc agora é realidade

vado em 31 de outubro, milhões de dólares (cerca nões de reais) do Banco envolvimento (Bid) para a vado acresce o artigo 3º autorizando o governo zar-se como devedor so- rigações contraídas pela na operação de crédito, s financeiras, tais como al, dos juros e demais m lapso ocorrido duran- jeto que resultou na Lei ntemente pela Alesc.

eu depois de muita pres- ue novamente lotaram a de Santa Catarina. Foram ores vindos de todos os ostos a não arredar o pé menda a lei que daria a o. Vários deputados comentaram que a aprovação nas comissões e no plenário só foi possível devido a insistente e maciça presença dos celesquianos durante o período de tramitação do projeto na casa.

Com este empréstimo a Celesc poderá olhar para o futuro mais tranquilamente, fazer os investimentos necessários no sistema e afastar o fantasma da não renovação da concessão. O empréstimo foi concedido a juros muito baixos comparados com os de mercado e com um prazo de pagamento de 25 anos e ainda 5 anos de carência.

Após mais de dois meses de mobilização, idas e vindas a Florianópolis e estado de alerta por toda empresa, finalmente os celesquianos podem respirar aliviados: o empréstimo que tanto defenderam para ajudar no processo de manter a Celesc pública agora é realidade.

e mediante um enorme contingente de trabalhadores que não ganha um salário mínimo necessário para sustentar uma família.

Claro que as privatizações, na maioria dos casos, melhoram os negócios e lucros, porém, diga-se: privados. Mesmo porque, o sonho do capital tem sido o de transformar grandes setores de atuação do governo em cadeias produtivas privadas (de vários elos) sob concessão e gerência mínima do Estado, sob a alegação de que a qualidade e o preço (custo-benefício) são regrados pela demanda do mercado e a livre concorrência entre companhias concorrentes.

A questão é que isso não tem garantido benefícios à população, tais como redução dos preços e melhoria da qualidade nos serviços, mas, pelo contrário; e, tanto na experiência brasileira como na mundial relatórios e mais relatórios contendo dados têm mostrado que os serviços privatizados são mais caros e ineficientes do que a contrapartida de propriedade pública. A experiência das gerações posteriores tem confirmado o que atesta Seumas Milne: "de energia a água, ferrovias a serviços públicos, a realidade tem sido monopólios privados, subsídios perversos, preços exorbitantes, sub-investimentos lastimáveis, exploração e aprisionamento corporativo. Os cartéis privados ditam as regras aos reguladores. Consumidores e políticos são ludibriados pelo sigilo comercial e complexidade contratual. A massa trabalhadora tem seu salário e condições de trabalho reduzidas. O controle de serviços essenciais passou para gigantes corporativos com base em outros países e frequentemente de propriedade do Estado. Dessa forma, as empresas e serviços privatizados apenas passam para as mãos destes outros Estados".

Chefe do TST ataca quem resiste à lei trabalhista

Depois de juízes se manifestarem pela inconstitucionalidade de pontos da reforma trabalhista, o presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Ives Gandra, disse semana passada que presta um "desserviço" quem defende o não cumprimento da nova legislação trabalhista. "A lei está aí para ser cumprida e vamos cumprir", afirmou em evento promovido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) para debater o tema. A Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) aprovou 125 enunciados, que são interpretações de pontos da reforma trabalhista, com recomendações de como os juízes devem julgá-los. Algumas questões foram consideradas inconstitucionais pela associação e houve a orientação de julgá-las de forma diferente do previsto na reforma. O deputado federal Rogério Marinho (PSDB-RN), que foi relator da reforma trabalhista no Congresso Nacional, também criticou o posicionamento dos magistrados. "Não é democrático que uma associação promova cartilhas ensinando a descumprir a lei. Me parece uma desobediência civil, um claro processo de sabotagem", afirmou durante o seminário. O deputado disse acreditar que a grande maioria da magistratura vai cumprir a lei e a minoria será vencida pelo "bom senso". "Não é papel de juiz elaborar lei e sim julgar a lei de acordo com o que foi elaborado pelo Legislativo", completou. Depois das declarações, a juíza Noemia Porto, presidente em exercício da Anamatra, afirmou, em nota, que juízes que garantem a Constituição e o primado de normas internacionais não "sabotam" leis de patamar inferior, apenas cumprem seu papel institucional."A acusação do deputado Marinho, na realidade, visa a constranger os juízes para que apenas leiam os quase 200 dispositivos alterados, na rapidíssima tramitação de sete meses, no sentido que for pretendido pelo deputado. Todavia, a jurisdição é independente da legislação. Essa é a garantia da separação de Poderes", afirmou.

Alerta vermelho para trabalhador

O Diretor Técnico do Dieese, Clemente Ganz Lúcio, comentando o projeto que entra em vigor no dia 11 de novembro para enquadrar o Brasil na "organização mundial do sistema capitalista" conta que "desde 2008, foram feitas 642 mudanças trabalhistas em 110 países no mundo. Todas tinham o objetivo de flexibilizar ao máximo os contratos, permitindo que as empresas possam contratar como quiser, pelo período que desejarem, com jornadas totalmente flexíveis, reduzindo o custo de trabalho".

"Estamos vivendo um processo de desnacionalização só vivenciado por países que perderam guerras", alertou Clemente. A transferência de estatais, anunciada por Temer, prevê a desestatização pesada dos serviços de Saúde, Educação e, na Previdência, o setor da Previdência Complementar está em disputa. Ele explicou que, além da transferência do setor público para o privado, também ocorre a transferência do capital privado nacional para o capital internacional, com a venda de empresas brasileiras para multinacionais. Ou seja, "a riqueza que o país reuniu está sendo relocada". Para o Diretor técnico do Dieese "abrir mão da capacidade soberana de decidir os rumos de uma das maiores economias do planeta, é mais ou menos como autorizar a venda do coração do filho".

Gestão do Conhecimento

O Seminário "Gestão do Conhecimento no Setor de Energia" (GC-Energia) será realizado no dia 17 de novembro (sexta-feira), a partir das 9h, no auditório Milan Milasch da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A (Celesc), em Florianópolis. Artigos de profissionais da Celesc e de professores da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) estão reunidos em livro que será lançado no evento.

O objetivo é contribuir para a difusão e uso, no setor de Energia, do conhecimento de ponta e das novas tecnologias de Gestão do Conhecimento. Além disso, oportunizará aos estudantes, pesquisadores e profissionais da Gestão do Conhecimento e do Setor de Energia a troca de experiências sobre pesquisas, aplicações e boas práticas nas áreas temáticas do evento. O Programa de Pós-Graduação em Gestão do Conhecimento da UFSC, em parceria com a Celesc e o GC-Energia são os organizadores do seminário. O Sinergia é um dos patrocinadores do livro.

Intercel
INTERSINDICAL DOS ELETRICITÁRIOS DE SANTA CATARINA

LINHA VIVA é uma publicação da Intersindical dos Eletricitários de SC. Jornalista responsável: Marli Cristina Scomazzon (DRT/RS 4966). Estagiário: Rubens Lopes. Conselho Editorial:Amilca Colombo. Rua Lacerda Coutinho, 149, Fpolis, SC. CEP 88015-030. Fone (048) 3879-3011. E-mail: imprensa@sinergia.org.br - Site: www.sinergia.org.br.
As matérias assinadas não correspondem, necessariamente, à opinião do jornal.

Carros elétricos criam nova demanda para setor

A grande notícia do setor elétrico nas últimas semanas é a decisão de vários países de acabarem com veículos movidos a combustíveis fósseis num prazo bem curto. Com isto pode-se prever um futuro promissor para o setor de energia. Estima-se que os veículos elétricos devem acrescentar 2,7 TWh à demanda global anual por eletricidade até 2040 – ou 8% do total – ou ainda mais, caso o segmento cresça de forma mais acelerada (dados da Bloomberg New Energy Finance, empresa de pesquisa com sede em Londres). Essa é uma boa notícia para as usinas.

De outro lado a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) quintuplicou sua projeção de vendas de veículos elétricos, e várias produtoras de petróleo, como Exxon Mobil e BP, também elevaram suas perspectivas nos últimos 12 meses, segundo um estudo da mesma Bloomberg. A empresa projeta que esses carros vão diminuir a demanda por petróleo em 8 milhões de barris até 2040, mais do que a produção atual do Irã e do Iraque juntos.

FRANÇA

As autoridades de Paris planejam banir os carros movidos a gasolina e diesel da cidade mais visitada do mundo até 2030, informou a prefeitura da capital francesa. A medida assinala uma aceleração nos planos para livrar a capital francesa de veículos a gasolina e substituí-los por carros elétricos, em uma cidade obrigada a impor proibições temporárias com frequência devido a picos de poluição atmosférica. A prefeitura de Paris disse em um comunicado que a França já estabeleceu o prazo de 2040 como meta para acabar com carros dependentes de combustíveis fósseis, e que isso exige uma redução gradual mais rápida em cidades grandes.

A Shell fechou esta semana acordo para comprar a holandesa NewMotion, dona de uma das maiores redes de recarga de carros elétricos da Europa, no primeiro negócio da companhia na área de mobilidade elétrica, um segmento que especialistas apostam que deve crescer rapidamente. O Morgan Stanley estima que entre 1 milhão e 3 milhões de pontos públicos de recarga devem ser necessários na Europa Ocidental até 2030, ante menos de 100 mil existentes atualmente.

A Volvo, montadora sueca anunciou que, a partir de 2019, todos os automóveis da marca serão elétricos ou híbridos. Entre 2019 e 2021, a Volvo planeja lançar cinco modelos de carros totalmente elétricos, sendo três com sua própria marca e dois da Polestar, uma nova divisão de veículos de alto desempenho. Além disso, a empresa venderá automóveis híbridos comuns e também híbridos plug-in, que podem ser recarregados diretamente na tomada.

CHINA

A China estuda a possibilidade de proibir a produção e venda de veículos que usam combustíveis fósseis,uma decisão que poderia revolucionar o setor a nível mundial e dar um impulso definitivo aos carros elétricos. Em junho, o governo aprovou um projeto de lei para obrigar as montadoras a produzir mais veículos elétricos até 2020 com um novo sistema de cotas obrigatórias, mais complexo que o atual. Ao mesmo tempo, as montadoras estrangeiras presentes na China começaram a preparar-se para a transição aos carros elétricos no gigante asiático.A Volvo pretende vender o primeiro carro 100% elétrico na China em 2019. A Ford anunciou seu primeiro veículo híbrido para o início de 2018 e prevê que 70% de seus automóveis na China sejam elétricos, ao menos parcialmente, até 2025.A Volkswagen vendeu quatro milhões de carros em 2016 no país, mas poucos eram "verdes". O grupo alemão pretende começar a fabricar carros elétricos no próximo ano graças a uma aliança com o grupo local JAC.A empresa almeja vender 400 mil veículos eléctricos na China até 2020. A francesa Renault, que começou a produzir carros no país no ano passado, apresentará em 2018 e 2019 dois novos modelos elétricos.

ALEMANHA

Os carros com motor à combustão têm os dias contados também na Alemanha. O Conselho Federal do país aprovou uma resolução que proíbe a venda de veículos a diesel e a gasolina a partir de 2030 conforme informação da revista Der Spiegel. O governo alemão investiu US$ 1,3 bilhão para subsidiar a compra de carros elétricos até 2019, para incentivar o processo de substituição dos carros à combustão, com subsídios de US$ 4,4 mil para a compra de um carro elétrico e de US$ 3,3 mil para um híbrido. A decisão proíbe a venda de veículos com motor a combustão a partir de 2030, mas a frota com esse combustível poderá rodar até 2050, portanto por mais vinte anos, quando, então, será proibido rodar com qualquer veículo a gasolina e diesel.

GRÃ-BRETANHA

A Grã-Bretanha vai proibir a venda carros novos movidos a gasolina ou diesel a partir de 2040, em um plano de extingui-los das ruas em 2050.

Lançamento livro do 9º Conto e Poesia

Mais do que entretenimento, cultura é o modo pelo qual uma sociedade dá sentido a sua própria existência. Com essa compreensão, o Sinergia (Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis e Região) ao longo de seus 56 anos tem desenvolvido suas ações na área cultural.

Uma de suas ações na área de cultura é o Concurso Literário Conto e Poesia que na sua 9ª edição, realiza o lançamento do livro com os selecionados no dia 10 de novembro (sexta-feira), a partir das 19 horas, na Fundação Cultural Badesc (Rua Visconde de Ouro Preto, 216, centro, Fpolis)

Relação dos Selecionados e Comissões Selecionadoras:

Gênero CONTO

Arden Zylbersztajn
Carlos Alberto da Silva
Danilo Silvio Aurich
Eduardo Sens dos Santos
Eduardo Silveira
Fahya Kury Cassins
Felipe de Farias Ramos
Giovanni de Sousa Vellozo
Kleber Kurowsky
Luís Fernando Fintelman da Silva
Luiz Carlos Borba Garcia
Matheus Alves de Almeida
Paulo Roberto Alves de Almeida
Suyan de Oliveira de Melo
Suzy Dias Ramos

Gênero POESIA

Adriana da Silva Bunn
Carlos Alberto da Silva
Claúdia Resem
Constantino Esmanhotto d'Ivanenko
Daniel Passos
Eduardo Silveira
Eliana Ruiz Jimenez
Fahya kury Cassins
Fernanda Carbonera Rocha
Fernando Cabral
Flávio Theodósio Junkes
Ivonita Di Concílio
Janaína de Oliveira Ribeiro
Jhonatan Carraro
Júlio César Ramos
Keles Gonçalves de Lima
Lárimer Daniel
Luiz Cezare Vieira
Marta Helena Bello Bertelli
Matheus Ligeiro
Rafael Pedroso Dias
Rafael Reginato Moura
Roberth Jesus de Carvalho
Rodrigo Domit
Rubens Chaves Vargas
Sandrine Allain
Suyan de Oliveira de Melo
Vinícius O. Candido